

1) No Brasil, há uma tradição de estudo nas escolas básicas que tende a trazer a História, a partir da macropolítica. Em geral, os livros didáticos são divididos, em suas unidades de conteúdo e capítulos, de acordo com governos, dando ênfase a figuras políticas de renome. Como, ao longo do Brasil República, houve grande negligência por parte das autoridades à questão agrária, este é um tema pouco decorrente em sala de aula, cabendo ao professor(a) levar dados e problematizações úteis ao debate com os estudantes.

Quando pensamos em movimentos sociais organizados por trabalhadores rurais no Brasil, entre as décadas de 1940 e 1980, não podemos nos esquecer da questão indígena. Nos anos 1940, apesar de Getúlio Vargas ter se preocupado mais com a industrialização brasileira, investindo fortemente na indústria de base, houve algumas negociações entre comunidades indígenas e governo central. Este contexto proporcionou que houvesse a fundação da FUNAI. De todo modo, muitos dos membros que trabalhavam nesta instituição ou não descendiam dos povos originários ou eram índios (uso este termo, mas levo em consideração o fato de ser muito genérico, não apresentando toda a diversidade de comunidades que descendem das populações pré-colombianas, seja em termos linguísticos, artísticos ou culturais) aliados aos interesses governamentais. Portanto, não houve, de fato, uma demarcação justa das terras indígenas ou efetiva proteção do território que lhes é de direito. Foi também na Era Vargas que houve expedições de estudiosos para a região do Xigü.

Além da questão indígena, outro movimento social rural de grande força entre as décadas de 1940 e 1980 foi o das Ligas Camponesas. Estas são mencionadas em livros didáticos durante o governo de João Goulart, no início dos anos 1960, na medida em que o então presidente tentou atender aos interesses camponeses ao propor a reforma agrária no conjunto de suas "reformas de base".

As Ligas Camponesas, para além da luta central de redistribuição das terras dos campos, também tiveram uma atuação política importante no desenvolvimento de uma consciência e identidade da classe de trabalhadores rurais. Por exemplo, o pedagogo Paulo Freyre atuou na alfabetização de camponeses e relatou um pouco de sua experiência na obra "Pedagogia do Oprimido". Apesar do engajamento político, não houve, no Brasil, uma efetiva reforma agrária, sobretudo, após o golpe de 1964, que retirou Goulart do poder e instituiu a ditadura militar.

Outro grupo de destaque na luta por direitos no meio rural foi o das comunidades quilombolas. A questão da demarcação de terras que pertencem aos descendentes de ex-escravos ainda é muito problemática no Brasil, havendo, ainda hoje, disputas no interior dos quilombos. A Constituição Federal de 1988 estipulou a demarcação de terras pertencentes a indígenas e quilombolas, porém, na prática, não há a garantia da efetivação do que foi constitucionalmente estipulado. De todo modo, um grupo de pesquisadores, dentre os quais podemos destacar as historiadoras Hebe Mattos e Marta Abreu, vem lutando junto aos quilombolas pela formação de um sentimento de identidade e pela luta por terras.

2) Pensando no Império Ultramarino Português entre os séculos XVI e XVIII, sua formação se inicia com as grandes navegações marítimas, no século XV. Como Portugal queria chegar às Índias contornando a costa africana, os portugueses foram quando feitorias em diferentes localidades da África, dominando regiões, fazendo comércio de mercadorias e, sobretudo, desenvolvendo um amplo sistema de tráfico negro. A escravidão já era uma prática recorrente no continente africano, porém, era feita com prisioneiros de guerra, escravos por dívidas ou como forma de imposição a um determinado povo inimigo de um reino ou império. Com a chegada dos europeus e o auxílio de traficantes do trabalho humano provenientes da África, a escravidão passou a ser indiscriminada, não se importando com organizações sociais, havendo a escravização, inclusive, de membros da família de imperadores africanos.

A colonização portuguesa em particular e europeia em geral seguiu uma lógica eurocêntrica, negligenciando hábitos, valores e costumes dos não europeus. Pensando no caso do Brasil Colônia, a historiografia recente, em geral, não se apropria mais da ideia do pensador Gilberto Freyre de que houve uma relação harmônica entre brancos, negros e índios para a formação do povo brasileiro. Deste modo, entre os historiadores, a ideia de uma democracia racial basicamente caiu por terra, havendo a percepção de que houve dominação europeia e resistência dos povos dominados.

Os indígenas, para além dos conflitos que envolveram o uso da força física e de armas de fogo, foram dominados religiosamente, sendo catequizados. Apesar da preferência dos jesuítas pelos índios, considerando os negros como incapazes

de receberem a fé cristã, muitos africanos e seus descendentes adquiriram crenças cristãs, porém, mescladas com a religiosidade africana, originando, por exemplo, a umbanda e o candomblé. O sincretismo religioso, tanto por parte dos povos originários quanto pelos vindos da África foi uma forma de resistência à dominação do europeu.

A América Portuguesa usou, sobretudo, a mão-de-obra do escravo africano ou descendente. Durante os séculos XVI, XVII e XVIII, as principais atividades econômicas estimuladas por Portugal foram a plantação de cana-de-açúcar nos engenhos do Nordeste e a mineração no século XVIII. Até 1530, os portugueses não estavam muito interessados com a colonização efetiva do Brasil pelo lucro do comércio com as Índias e a, até então, falta de metais preciosos na costa brasileira. Após 1530, com as expedições que levaram à formação das capitânicas hereditárias, a Coroa portuguesa começou a investir no sistema de "plantation" para cultivo de açúcar. Logicamente, havia outras produções econômicas no Brasil, como a extração das drogas do sertão no Norte da colônia e a produção voltada para o mercado interno em diferentes partes do país, porém era o açúcar que dava lucro a Portugal.

Com a União Ibérica, o rei Felipe II da Espanha também governou Portugal e impediu a aliança que existia entre portugueses e holandeses na produção de açúcar, na medida em que a Holanda era inimiga da Espanha. Isto levou, como consequência, a invasão holandesa a Pernambuco, no século XVII. Os senhores de engenho pernambucanos viam a dominação dos holandeses como positiva, sobretudo durante a administração de Maurício de Nassau, até o momento em que a Holanda começou a cobrar altíssimos impostos dos grandes proprietários. Estes, então, se organizaram e expulsaram os holandeses, trazendo a volta do domínio português em todo o Nordeste. Porém, a Holanda passou a investir na produção de açúcar nas Antilhas, o que provocou queda do açúcar brasileiro.

A solução para a crise do açúcar foi o investimento na mineração na região que atualmente corresponde a parte do Sudeste e Centro-Oeste brasileiros, sobretudo Minas Gerais e Goiás. Após a expansão territorial do Brasil, decorrente da criação de gado, das entradas e bandeiras e de uma série de negociações com a Espanha, Portugal encontrou ouro e metais preciosos no interior da América Portuguesa.

Estes metais acabaram servindo, sobretudo, para pagar dívidas com a Inglaterra, favorecendo o desenvolvimento industrial inglês.

Após traçarmos este breve panorama das relações no interior do Império Ultramarino Português entre os séculos XVI e XVIII, podemos concluir que houve grande dominação eurocêntrica ao território que pertencia aos povos pré-colombianos, bem como houve tentativa de domínio cultural de índios, negros ou mesmo de colonos que nasceram na América. Deste modo, houve uma série de rebeliões ao longo deste período histórico, tanto promovidas pela elite colonial (como as Guerra dos Emboabas, a Revolta de Vila Rica e a Inconfidência Mineira, ocorridas em Minas Gerais, no século XVIII), quanto rebeliões indígenas (como a resistência de índios contra a dominação de suas terras no sertão, durante o século XVII) e de africanos e seus descendentes (como a revolta do quilombo dos Palmares, que consagrou, na atualidade, Zumbi como símbolo da resistência negra. Vale também destacar a importância de sua companheira Dandara nesta rebelião. Um livro recente e juvenil bem interessante que fala sobre ela é "Extraordinárias mulheres que revolucionaram o Brasil").

3) O período democrático brasileiro entre as duas ditaduras - Estado Novo e civil-militar - foi marcado por grande efervescência cultural e social, entre os anos 1945 e 1964. No meio rural, as Ligas Camponesas lutaram por reforma agrária e melhores condições de trabalho; no meio urbano, uma série de movimentos artísticos surgiram, com destaque para o engajamento político de uma juventude de esquerda que idealizava a revolução comunista.

Apesar de colocado na ilegalidade pelo presidente Dutra, o Partido Comunista Brasileiro teve muitos adeptos entre intelectuais e artistas influentes como Jorge Amado, Oduvaldo Vianna (pai e filho), Dias Gomes e Gianfrancesco Guarnieri. Como define o historiador Rodrigo Patto de Sá Motta, existia uma "cultura política" associada aos valores do comunismo, ou seja, vários símbolos, ideais e projetos comunistas estavam presentes em parte da juventude brasileira. Outros pesquisadores também estudam a juventude e/ou a efervescência cultural deste período, dentre os quais Marcelo Ridenti, Marcos Napolitano e Renato Ortiz.

Foi neste período que surgiu o CPC da UNE, que consistia na produção cultural de teatro, música e literatura engajada, que fosse capaz de aproximar os inte-

letrados do povo. Estes artistas tinham o intuito de educar a população humilde para a revolução comunista. Porém, tais intelectuais, com o tempo, perceberam que o povo não precisava receber uma cultura vinda de "cima para baixo" e começaram a criar produções artísticas que fossem o mais semelhante possível com a linguagem popular.

O CPC da UNE foi fruto do Teatro de Arena que também tinha a intenção de promover teatro para o povo, mas que, segundo os fundadores do CPC, falharam na aproximação com o público popular. Aliás, este era um dilema da época: como intelectuais podem popularizar o teatro ou o cinema engajado?

Falando em cinema, outro movimento da época foi o "Cinema Novo", destacando nomes como Cacá Diegues e Glauber Rocha.

Pensando neste contexto de efervescência cultural, uma proposta didática para abordar este período, poderia se constituir em uma sequência de seis tempos de aula para uma turma de 3º ano do Ensino Médio. Primeiramente, haveria duas aulas expositivas; em um segundo momento, haveria a apresentação de trabalhos em grupos realizados pelos estudantes; por fim, estes mesmos grupos proporiam atividades artísticas para pensarmos sobre a conjuntura do Brasil atual. O objetivo desta sequência didática é o de pensarmos que o período entre 1945 e 1964 foi de instabilidade política (entre dois processos ditatoriais), assim como nosso país atualmente também vivencia uma crise, com uma parcela considerável da população pedindo por intervenção militar.

No segundo momento da proposta, após as aulas expositivas, os estudantes se dividiriam em, no mínimo, quatro grupos: um grupo falaria sobre a história das Ligas Comunistas, outro sobre o Teatro de Arena, outro sobre o CPC da UNE e, por fim, outro acerca do Cinema Novo. Este seria um momento de pesquisa realizado pelos estudantes. Dependendo do tamanho da turma, poderia haver mais de um grupo sobre o mesmo tema.

O último momento da sequência é aberto à criatividade dos alunos, sendo eles mesmos os intelectuais e artistas engajados de nosso tempo presente. Teriam que criar uma música ou fazer um poema ou apresentar uma esquete teatral que incluisse uma linguagem popular que fosse capaz de trazer uma reflexão e sensibilização acerca do momento político e social que vivemos no Brasil hoje.